



**MENSAGEM LEGISLATIVA Nº 36, DE 04 DE MAIO DE 2023.**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR**

**JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS**

**M. D. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

**EXMOS. SRS. VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**

Dirijo-me a Vossas Excelências, respeitosamente, na figura de Chefe do Poder do Executivo e pelos poderes me conferidos pela Lei Orgânica do Município, para encaminhar o Projeto de Lei nº 33/2023, que dispõe sobre a Contratação Temporária de pessoal no quadro da Secretaria Municipal de Educação, para atender as Escolas Municipais Indígenas.

A readequação da lei das contratações temporárias das Escolas Municipais Indígenas é necessária para adequar a estrutura a realidade sócio-cultural e linguística específica e particularidades de cada grupo indígena.

Na presente lei foram mantidos os cargos anteriormente criados pela Lei Ordinária Municipal nº 1.499, de 18 de Maio de 2012, e suas alterações, bem como foram criados os cargos de Agente Educacional e Técnico de Apoio Educacional.

A criação desses novos cargos é essencial para melhorar o planejamento das atividades sociopedagógicas em sala de aula, propiciando um atendimento de qualidade ao aluno em cada fase do aprendizado.

Para viabilizar a criação dos cargos de Agente Educacional e Técnico de Apoio Educacional foi elaborado Impacto Orçamentário e Financeiro nº 07/2023, nos termos do Artigo 16, inciso I, § 2, e Artigo 17, § 1 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Demonstrada a relevância do Projeto de Lei nº 33/2023, e sendo o que

Câmara Municipal Campo Novo do Parecis

Data: 04/05/2023 Hora: 20:23

Espécie: IDENTIFICACAO

Autoria: PODER EXECUTIVO

Assunto: Projeto de Lei Nº 33/2023. Assunto: Dispõe sobre a Contratação Temporária no quadro da Secretaria Municipal de Educação, para atender as Escolas Municipais Indígenas.

CEP 78.360-000 | Campo Novo do Parecis | MT

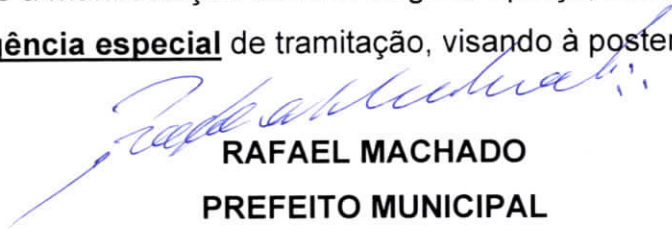
3382-5100 | [www.componovodoparecis.mt.gov.br](http://www.componovodoparecis.mt.gov.br)



**CAMPO NOVO  
DO PARECIS**  
PREFEITURA



tínhamos a expor, prevaleço-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares a manifestação do meu singular apreço, submetendo referido projeto em **regime de urgência especial** de tramitação, visando à posterior aprovação.

  
**RAFAEL MACHADO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**





**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 33/2023      04 DE MAIO DE 2023**

Autoria: Poder Executivo Municipal

**DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE  
PESSOAL NO QUADRO DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA ATENDER AS  
ESCOLAS MUNCIPAIS INDÍGENA.**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à contratação temporária de pessoal para o Quadro da Secretaria Municipal de Educação, objetivando atender atividades consideradas de excepcional interesse público, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos legais.

**Art. 2º.** A contratação por tempo determinado não poderá exceder o prazo de 01 (um) ano, tendo a sua vigência até o final do ano letivo em vigor.

**Art. 3º.** Os profissionais deverão pertencer, prioritariamente, às etnias envolvidas no processo escolar, tendo em vista que os profissionais envolvidos no trabalho educativo têm maior conhecimento da realidade sócio-cultural das comunidades indígenas.

**Art. 4º** A seleção dos profissionais contratado por tempo determinado de que trata esta Lei será feito mediante indicação da etnia pertencente à Escola Municipal Indígena.

**Art. 5º** Os profissionais contratados por tempo determinado para atuar nas Escolas Municipais Indígenas de que trata esta Lei terão a seguintes jornadas de





trabalho:

**I -** Os Professores terão carga horária de 30 (trinta) horas semanais, conforme previsto na Lei municipal nº 2.084/2019.

**II -** Os Agentes Educacionais Infantis e Técnicos de Apoio Educacional terão carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme previsto na Lei municipal nº 2.084/2019.

**Parágrafo Único:** O Agente Educacional Infantil e Técnico de Apoio Educacional que atender as Escolas Municipais Indígenas e salas anexas, que não atribuir turmas nos dois períodos, deverá cumprir a carga horária de 40 (quarenta) horas atendendo na organização do ambiente escolar em que tiver lotado.

**Art. 6º.** A remuneração prevista para os profissionais contratados de acordo com as disposições desta lei se dará de acordo com ANEXO I da Lei.

**Art. 7º.** Os profissionais que atuarem nas Escolas Municipais Indígenas cumprirão as atribuições previstas no ANEXO II desta lei.

**Art. 8º.** A contratação do Agente Educacional Infantil e Técnico de Apoio Educacional estará condicionada ao número mínimo de 15 (quinze) alunos, exceto nos casos de atendimento à educação especial.

**Art. 9º.** Ao servidor temporário previsto nesta lei aplicam-se as normas do estatuto dos servidores municipais referentes aos deveres, proibições, responsabilidades e penalidades dos servidores efetivos.

**Art. 10º.** O contrato por tempo determinado de que trata esta Lei será regido pela Lei Municipal nº 1.544/2012 e por suas alterações supervenientes.

**Art. 11º.** As despesas para atender às contratações a que se refere esta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 12º.** A quantidade máxima de vagas disponíveis para contratação temporária de excepcional interesse público são os constantes nos ANEXO I desta Lei.

**Art. 13º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 14º.** Revoga-se a Lei Ordinária Municipal nº 1.499, de 18 de Maio de



**CAMPO NOVO  
DO PARECIS**  
PREFEITURA



2012, e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 04 de maio de 2023.



**RAFAEL MACHADO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.



**MÁRCIO ANTÃO CANTERLE**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ANEXO I**

**QUADRO DE VAGAS**

<b>Cargo</b>	<b>Quantitativo Máximo de Vagas</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Vencimentos (Atualização conforme a Lei 2084/2019)</b>	<b>Requisitos</b>
Professor	06	30h	Classe A Nível I	Nível Médio ou Magistério
Professor	11	30h	Classe B Nível I	Nível Superior: Pedagogia, Normal Superior ou 3º. Grau Indígena (qualificação na área da Educação)
Agente Educativo Infantil	02	40h	Classe A Nível I	Nível Médio
Técnico de Apoio Educativo	02	40h	Classe A Nível I	Nível Médio





## **ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

### **1. CARGO: PROFESSOR**

- I. participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II. Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e adequações de novas diretrizes educacionais;
- III. planejar e executar, em consonância com a proposta curricular de ensino, e promover nos diversos campos do sistema educacional, a cultura digital de forma significativa à prática pedagógica;
- IV. manter o plano de aula atualizado e avaliar sistematicamente os resultados do seu trabalho;
- V. acompanhar e utilizar os indicadores de aprendizagem dos sistemas de avaliações educacionais internas e/ou externas da unidade de ensino, para definir ações pedagógicas e garantir ensino igualitário e de qualidade;
- VI. zelar pela aprendizagem do educando buscando continuamente novas propostas que possam suscitar interesse e levá-lo ao desenvolvimento de seus potenciais; ser um mediador no processo global do desenvolvimento do educando, respeitando a individualidade e o tempo de aprendizagem do mesmo;
- VII. realizar projetos especiais previstos no Plano Político Pedagógico da Escola;
- VIII. ministrar os dias letivos, horas-aula e participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, aos estudos, a avaliação e ao conselho de classe;
- IX. colaborar com as atividades de articulação da escola, com as famílias e a comunidade;
- X. buscar o aprimoramento de seu desempenho profissional, através da participação em cursos, palestras, congressos, seminários, formação continuada e ampliação de seu conhecimento;
- XI. executar e manter atualizados todos os registros escolares no prazo determinado e deles prestar contas quando solicitado;
- XII. emitir relatórios e manter fichas de avaliações do educando conforme plano de



trabalho da unidade escolar;

- XIII. participar efetivamente das atividades da vida institucional da unidade de ensino: reuniões pedagógicas, assembléias, atividades cívicas, culturais e educativas da comunidade, atividades de classe e extraclasse e atividades sugeridas pela equipe de coordenação e direção;
- XIV. manter, sempre que necessário, um bom diálogo com os pais e/ou responsáveis, nas reuniões bimestrais e outros, informando-os sobre o desenvolvimento do aluno para o processo ensino-aprendizagem;
- XV. zelar pelo cumprimento do horário de aulas, assiduidade e frequência dos alunos e comunicar, para os devidos fins, ao responsável pela unidade escolar, qualquer irregularidade que ocorra;
- XVI. orientar para que os alunos conservem as instalações escolares, bem como seus materiais;
- XVII. participar do Conselho da Escola quando indicado na forma da legislação em vigor;
- XVIII. desenvolver atividades utilizando adequadamente todos os espaços da unidade escolar;
- XIX. inteirar-se da realidade física, social e econômica da comunidade em que trabalha;
- XX. prestar assistência ao educando que sofrer acidente dentro da escola, encaminhando-o imediatamente à equipe responsável pela escola;
- XXI. difundir e colaborar para o acesso aos programas institucionais de saúde;
- XXII. assegurar e promover a inclusão escolar para a adaptação, a adequação curricular e o material pedagógico que favoreçam a aprendizagem do educando com deficiência da Educação Especial;
- XXIII. promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e grupos sociais;
- XXIV. agir com responsabilidade, flexibilidade e determinação, com base em princípios





éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários;

- XXV. participar do processo de avaliação de progressão no Plano de Carreira, conforme disposto nesta Lei e em Decreto Executivo regulamentador.
- XXVI. Interpretar e traduzir - Língua Portuguesa e indígena - as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas escolas de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares, de acordo com cada ciclo e nível de ensino;
- XXVII. Produzir materiais didáticos em português, nas línguas indígenas, bilíngues e interculturais de acordo com cada ciclo e nível de ensino para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, transformando as experiências e vivências da sua comunidade em prática de ensino.
- XXVIII. Desenvolver processos educativos que promovam a recuperação das memórias históricas, a reafirmação das identidades étnicas e a valorização das línguas, práticas e saberes indígenas.
- XXIX. Utilizar metodologia de ensino e alfabetização em contexto de diversidade linguística, fortalecendo a língua materna de cada comunidade indígena; contribuindo para o estudo, desenvolvimento e continuidade dessa língua, em suas modalidades escritas e orais.

## **2 - CARGO: AGENTE EDUCACIONAL INFANTIL**

- I. prestar apoio e participar do planejamento, execução e avaliação das atividades sociopedagógicas e contribuir para o oferecimento de espaço físico e de convivência adequados à segurança, ao desenvolvimento, ao bem-estar social, físico e emocional das crianças nas dependências das unidades de atendimento da rede municipal de educação infantil;
- II. realizar ação conjunta com o professor objetivando, de forma indissociável, o cuidar e o educar como eixo norteador do desenvolvimento infantil;
- III. participar ativamente do processo de adaptação e acolhimento permanentes atendendo as necessidades da criança;
- IV. manter-se atualizado quanto às modernas técnicas profissionais, participando da formação continuada;



- V. requisitar e manter o suprimento necessário à realização das atividades;
- VI. zelar pela organização do ambiente de sala de aula;
- VII. utilizar com racionalidade, economicidade e preservar os equipamentos, materiais de consumo e pedagógicos pertinentes ao trabalho;
- VIII. observar as condições de funcionamento dos equipamentos, instrumentos e bens patrimoniais, solicitando os reparos necessários para evitar riscos e prejuízos;
- IX. observar regras de segurança no atendimento às crianças e na utilização de materiais, equipamentos e instrumentos durante o desenvolvimento das rotinas diárias;
- X. acompanhar e participar sistematicamente dos cuidados essenciais referentes à alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer das crianças;
- XI. participar da execução das rotinas diárias, de acordo com a orientação técnica do educador;
- XII. colaborar e auxiliar o educador no processo de desenvolvimento das atividades técnico - pedagógicas;
- XIII. receber e atender as orientações e as recomendações do educador no trato e atendimento à criança;
- XIV. auxiliar o educador quanto à observação de registros e avaliação do comportamento e desenvolvimento da criança;
- XV. participar juntamente com o educador das reuniões com pais e responsáveis;
- XVI. disponibilizar e preparar os materiais pedagógicos a serem utilizados nas atividades;
- XVII. auxiliar nas atividades de recuperação da autoestima, dos valores e da afetividade;
- XVIII. observar as alterações físicas e de comportamento, desestimulando a agressividade;
- XIX. estimular a independência, educar e reeducar quanto aos hábitos alimentares e se responsabilizar pela alimentação direta da criança;





- XX. cuidar da higiene e do asseio da criança sob sua responsabilidade;
- XXI. auxiliar o educando com deficiência nas atividades educativas e aplicar cuidados especiais de modo a promover a sua autonomia;
- XXII. acompanhar o educando em atividades sociais e culturais programadas pela unidade escolar;
- XXIII. agir com responsabilidade, flexibilidade e determinação, com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários;
- XXIV. executar outras tarefas determinadas pela gestão escolar;
- XXV. conhecer a Proposta Político Pedagógica da escola;
- XXVI. desempenhar outras atividades correlatas e afins.

### 3 – CARGO: TÉCNICO DE APOIO EDUCACIONAL

- I. estar presente no momento de chegada do aluno à unidade escolar conduzindo-o à sala de aula, assim como, estar presente no momento de saída, conduzindo-o da sala de aula ao portão, onde permanecerá com o mesmo até a chegada de familiares ou responsáveis pelo aluno;
- II. atuar junto ao aluno auxiliando-o nas atividades de vida autônoma como refeições, higienização, inclusive em relação às necessidades fisiológicas, locomoção, troca de vestuário, segurança, entre outros, visando a autonomia do mesmo nas atividades escolares dentro e fora da escola e atender a várias turmas quando houver demanda;
- III. atender mais de uma turma quando houver demanda, sob a organização da unidade escolar;
- IV. acompanhar o aluno junto aos professores e demais funcionários em atividades extraclasse;
- V. participar de formação continuada e buscar formação relacionada a temas da Educação Especial;
- VI. atender o aluno com deficiência, respeitando sua dificuldade de locomoção,





- permanente ou transitória, ajudando-lhe a superar as limitações;
- VII. participar ativamente no processo de adaptação e permanência do aluno na Unidade Escolar, atendendo suas necessidades;
  - VIII. incentivar o aluno a conviver com seus pares;
  - IX. participar das formações propostas pela Secretaria Municipal de Educação;
  - X. conhecer a Proposta Político Pedagógica da Escola;
  - XI. atuar de forma articulada com os professores da Educação Especial da sala de aula comum, da sala de Recurso Multifuncional entre outros profissionais no contexto da escola;
  - XII. participar dos momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da escola, tais como: reuniões pedagógicas, conselho de classe, planejamento, formação continuada, entre outros;
  - XIII. estimular a participação do estudante, juntamente com o professor de Educação Física e a turma, para as aulas da disciplina, de modo a envolvê-lo nas atividades coletivas, planejadas pelo professor;
  - XIV. executar serviços auxiliares de administração, nas áreas de secretariado, digitação, arquivo, manipulação de dados, programação, protocolo, registro, classificação e expedição de correspondência;
  - XV. executar tarefas internas e externas de correspondência, operar copiadoras, atender telefone, manusear fichários, recepcionar ao público, controlar entrada e saída de materiais de consumo e executar outras atividades afins da sua unidade funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata;
  - XVI. agir com responsabilidade, flexibilidade e determinação, com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários;
  - XVII. executar outras tarefas determinadas pela gestão escolar;
  - XVIII. conhecer a Proposta Político Pedagógica da escola;



**CAMPO NOVO  
DO PARECIS**  
PREFEITURA



XIX. desempenhar outras atividades correlatas e afins.

*Proprietário*



**CAMPO NOVO  
DO PARECIS**  
PREFEITURA

Av. Mato Grosso, 66-NE  
Centro, CEP 78.360-000  
Fone (65) 3382-5100  
CNPJ 24.772.287/0001-36

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO PARECIS**  
**ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**  
**ART. 16 DA LEI 101/2000**

EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
<input checked="" type="checkbox"/> Criação	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO Nº 007/2023 REFERENTE A CRIAÇÃO DE DUAS VAGAS PARA AGENTE EDUCACIONAL INFANTIL E DUAS VAGAS PARA TECNICO APOIO EDUCACIONAL.
Expansão	
Aperfeiçoamento	
VIGENCIA	INÍCIO:01/03/2023 VIGÊNCIA: 31/12/2025

ESTIMATIVA DAS DESPESAS			
NATUREZA	2023	2024	2025
1.VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS e PESSOAL CIVIL	R\$ 156.767,56	R\$ 206.933,17	R\$ 223.011,88
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 186.161,47</b>	<b>R\$ 245.733,14</b>	<b>R\$ 264.826,61</b>

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NO EXERCÍCIO DE VIGÊNCIA E NOS DOIS SEGUINTES		
ANOS	MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO	VALOR
2023	Aumento da RCL e Margem de Expansão	R\$ 186.161,47
2024	Aumento da RCL e Margem de Expansão	R\$ 245.733,14
2025	Aumento da RCL e Margem de Expansão	R\$ 264.826,61

**DECLARAÇÃO**

Para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, declaramos que as despesas decorrentes do evento correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, que suficientes às necessidades de empenho para o exercício 2023 e para os dois exercícios seguintes, havendo adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com o Plano Plurianual, com a ação governamental e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como está em consonância com os Art. 19 e 20 da LRF. O impacto será coberto pelo aumento permanente da receita, conforme Demonstrativo 8, do Anexo de Metas Fiscais da LDO 2023.

Campo Novo do Parecis/MT, 10 de março de 2023

	
<b>RAFAEL MACHADO</b> Prefeito Municipal	<b>SILVANA NUNES VIANA PAIVA</b> Secretária Municipal de Educação





## **IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO Nº 007/2023 REFERENTE A CRIAÇÃO DE DUAS VAGAS PARA AGENTE EDUCACIONAL INFANTIL E DUAS VAGAS PARA TECNICO APOIO EDUCACIONAL.**

O presente relatório tem por finalidade evidenciar o impacto orçamentário e financeiro decorrente da criação de duas vagas para Agente Educacional Infantil e duas vagas para Técnico Apoio Educacional, solicitado através do despacho do Sr. MARCIO ANTÃO CANTERLE do memorando Nº. 221/2023/SME.

Para fins de cumprimento do Art. 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, demonstramos o cálculo do impacto orçamentário e financeiro para o ano de 2023, bem como, para os dois exercícios seguintes.

A propósito da matéria solicitada, assim dispõe a legislação:

### **1) Constituição Federal 1988**

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

**§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:** (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

**I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;** (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

**II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.** (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

### **2) Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que "Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências".**

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

**I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;**

Impacto Orçamentário e Financeiro Nº 007/2023 – Pág. 1/9



II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

.....

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizado.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

### 3) Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Municipal Nº. 2.369/2022 - LDO 2023

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2023 foi sancionada através da Lei Nº. 2.369/2022, no qual, em seu art. 37, faz a seguinte autorização:

“LEI Nº 2.369, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

Art. 37. Os Poderes Executivo e Legislativo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e ainda ao seguinte:

(...)

§ 2º No exercício financeiro de 2023, os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequar a remuneração dos servidores, criar ou extinguir cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de carreiras e admitir pessoal, na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000.”

### 4) Verificação dos Limites da Despesa de Pessoal

A verificação dos limites das Despesas com Pessoal deve se basear no último Relatório da Gestão Fiscal, no caso, referente ao 1º. Semestre de 2022, cujo limite máximo para a Prefeitura Municipal é de **54%** da Receita Corrente Líquida.

Isto porque, caso houver atingido **95%** do limite máximo de **54%**, ou seja, **51,3%**, estará vedado o aumento da despesa de pessoal, mesmo que já tenham sido autorizados por atos anteriores ao período eleitoral. Confira com o disposto do abaixo citado Art. 22, da LRF:

“Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Impacto Orçamentário e Financeiro Nº 007/2023 – Pág. 2/9





Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6 do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias."

De acordo com o último Relatório da Gestão Fiscal, o Demonstrativo da Despesa de Pessoal evidenciava de Janeiro/2022 a Dezembro/2022, o seguinte cumprimento:

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESA COM PESSOAL		Inscrita Restos a Pagar Não Processados (b)
	TOTAL (a)	
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>171.733.467,78</b>	<b>3.142.288,80</b>
Pessoal Ativo	129.096.829,93	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	111.339.633,10	
Obrigações Patronais	17.757.196,83	
Benefícios Previdenciários	-	
Pessoal Inativo e Pensionista	16.708.130,41	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	14.999.610,88	
Pensões	1.708.519,53	
Outros Benefícios Previdenciários	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) (II)	25.928.507,44	3.142.288,80
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>21.194.514,99</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	4.097.732,37	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	388.652,21	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.708.130,41	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>150.538.952,79</b>	<b>3.142.288,80</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	306.134.358,64	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	1.024.158,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	305.110.200,64	99,67%
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	153.681.241,59	50,37%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	164.759.508,35	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	156.521.532,93	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	148.283.557,51	48,60%

Nota-se que a Despesa de Pessoal nos últimos 12 meses comprometeu 50,37% da Receita Corrente Líquida.

A Lei nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no seu art. 22, aplica vedações caso o limite chegue a 51,3%.

Impacto Orçamentário e Financeiro Nº 007/2023 – Pág. 3/9





## 5) Impacto-Orçamentário e Financeiro das Revisões

O cálculo do impacto orçamentário e financeiro criação de duas vagas para agente educacional infantil e duas vagas para Técnico Apoio Educacional foi baseado nas informações constantes no Memorando nº 221/2023/SME. Os salários seguiram o determinado na Lei nº 2.084/2019, com as devidas atualizações.

Em cumprimento ao disposto no Art. 16, da LRF foi elaborado o impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor, levando-se em conta as seguintes premissas de cálculo:

**a) Receita Corrente Líquida - RCL:** Foi utilizada para o exercício de 2023 a RCL prevista no Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício de 2023, no valor de R\$ 308.800.215,00. Já para os exercícios de 2024 e 2025, utilizamos a reestimativa de receita apurada pela Assessoria de Planejamento e informada através do Memorando Nº. 009/2022 do dia 19/12/2022, no qual, foi apurado um valor de R\$ 341.872.718,03 e R\$ 378.487.286,13, respectivamente;

**b) Para Despesa com Pessoal:** Foi projetada a despesa com pessoal para 2023 utilizando-se as informações contidas na folha de pagamento referente a fevereiro/2023, no valor de R\$ 135.425.594,55, incluindo-se a revisão de salários dos profissionais da educação no ano de 2023. Para a despesa de pessoal com contratos de terceirização mantivemos no mesmo patamar do ano de 2022, no valor de R\$ 25.928.507,44.

**c) Reflexos sobre Remuneração:** Foi considerado nos cálculos os reflexos fixos e variáveis, como horas-extras, funções gratificadas, dentre outras;

**d) Impactos Anteriores:** Foi considerado no cálculo o resultado acumulado de impactos orçamentários e financeiros, realizados e aplicados nos mesmos exercícios objeto desse impacto, que não foram considerados/efetivados no exercício financeiro de 2022. Houve uma reestimativa para o ano de 2023;

**e) para os exercícios de 2023, 2024 e 2025:** foi considerado impacto para o período anual com os dados 2022, bem como estimativa de Revisão Salarial prevista na Lei nº 853, de 28 de dezembro de 2001. Para 2023 foi utilizado o índice de 5,57%, apurado pela Coordenadoria Contábil e Financeira através do Memorando Nº. 117/2022/CONTABILIDADE do dia 14/12/2022. Para o exercício de 2024 e 2025, projetamos 10% e 7,77%, respectivamente;

**f) Cancelamento de Impactos Orçamentários e Financeiro:** O memorando Nº. 222/2022 do dia 19/12/2022, proveniente da Secretaria Municipal de Administração,

Impacto Orçamentário e Financeiro Nº 007/2023 – Pág. 4/9



cancelou os seguintes impactos orçamentários e financeiros realizados e não efetivados:

Impactos Orçamentários e Financeiros Cancelados			
Impacto	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
Impacto Nº. 025/2022 - Vagas Saúde	89.237,68	96.171,45	103.643,97
Impacto Nº. 026/2022 - Vagas Assistência Social	372.630,82	423.681,24	456.601,27
Impacto Nº. 027/2022 - Vagas Saúde	1.389.055,89	1.575.166,73	1.699.793,29
Impacto Nº. 028/2022 - Vagas Esportes	622.562,05	670.935,12	723.066,78
Impacto Nº. 029/2022 - Cultura - Instrutor	374.825,84	426.176,98	459.290,94
<b>Total</b>	<b>2.848.312,28</b>	<b>3.192.131,52</b>	<b>3.442.396,25</b>

Os valores desses impactos foram utilizados para subsidiar/atualizar as revisões proposta no presente impacto.

Assim procedendo, foram obtidos os seguintes resultados:

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA			
ESPECIFICAÇÃO	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
Remuneração	R\$ 141.090,80	R\$ 186.239,86	R\$ 200.710,69
13º Salário + 1/3 de férias	R\$ 15.676,76	R\$ 20.693,32	R\$ 22.301,19
Previdência	R\$ 29.393,92	R\$ 38.799,97	R\$ 41.814,73
<b>Impacto Anual</b>	<b>R\$ 186.161,47</b>	<b>R\$ 245.733,14</b>	<b>R\$ 264.826,61</b>

## 6) Limites da Despesa de Pessoal para os exercícios de 2023, 2024 e 2025

Para Melhor entendimento, iremos segregar a Despesa a projeção de Despesa com Pessoal em grupos, conforme descrição abaixo:

### 1. – Projeção da Despesa com Pessoal sem impacto.

Com base na projeção da Despesa com Pessoal e a receita prevista no exercício de 2023, temos a estimativa de índice de **52,87%**, sem inserção do impacto em análise, conforme demonstrado abaixo:

*Assinado*

Impacto Orçamentário e Financeiro Nº 007/2023 – Pág. 5/9

*Assinado*





ESPECIFICAÇÃO	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
RECEITAS CORRENTES	308.800.215,00	341.872.718,03	378.487.286,13
(-) CONTRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES – FUNSEM			
(-) COMPENSAÇÃO FINANCEIRA RPPS			
(-) OUTRAS DEDUÇÕES			
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA</b>	<b>308.800.215,00</b>	<b>341.872.718,03</b>	<b>378.487.286,13</b>
DESPESA LIQUIDA DE PESSOAL	136.865.321,45	148.059.077,91	159.563.268,27
IMPACTO ANTERIORES	3.332.172,12	3.401.052,40	3.522.913,69
(-) Impactos Orçamentários e Financeiros Cancelados	-2.848.312,28	-3.192.131,52	-3.442.396,25
Despesa Pessoal decorrente de Contrato	25.928.507,44	25.000.000,00	25.000.000,00
<b>TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL</b>	<b>163.277.688,73</b>	<b>173.267.998,79</b>	<b>184.643.785,71</b>
<b>COMPROMETIMENTO DA RCL %</b>	<b>52,87%</b>	<b>50,68%</b>	<b>48,78%</b>

**Notas:**

1) Crescimento Anual da Receita

Prevista LDO 2023

Prevista LDO 2023

2) Crescimento Anual da Despesa de Pessoal

10,00%

7,77%

Ter-se-á para os anos seguintes **50,68%** em 2024 e de **48,78%** em 2025. Observa-se que será atingido o limite Prudencial de **51,30%** da RCL no exercício de 2023

## 2. Despesa com Pessoal com impacto

O comprometimento da Receita Corrente com a Despesa de Pessoal, com a inserção do impacto em análise, para o exercício de 2023, bem como, para os dois subsequentes, conforme quadro abaixo:

	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
RECEITAS CORRENTES	308.800.215,00	341.872.718,03	378.487.286,13
(-) CONTRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES – FUNSEM	0,00	0,00	0,00
(-) COMPENSAÇÃO FINANCEIRA RPPS	0,00	0,00	0,00
(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA</b>	<b>308.800.215,00</b>	<b>341.872.718,03</b>	<b>378.487.286,13</b>
DESPESA LIQUIDA DE PESSOAL	136.865.321,45	148.059.077,91	159.563.268,27
IMPACTO ANTERIORES	3.332.172,12	3.401.052,40	3.522.913,69
Despesa Pessoal Líquida - Contrato de Gestão	25.928.507,44	28.521.358,18	30.737.467,71
(-) Impactos Orçamentários e Financeiros Cancelados	2.848.312,28	3.192.131,52	3.442.396,25
IMPACTO OBJETO DE ESTUDO	186.161,47	245.733,14	264.826,61
<b>TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL</b>	<b>163.463.850,20</b>	<b>177.035.090,12</b>	<b>190.646.080,03</b>
<b>COMPROMETIMENTO DA RCL %</b>	<b>52,94%</b>	<b>51,78%</b>	<b>50,37%</b>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54%	166.752.116,10	184.611.267,73	204.383.134,51
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) 51,30%	158.414.510,30	175.380.704,35	194.163.977,78
LIMITE DE ALERTA (X) = 48,60%	150.076.904,49	166.150.140,96	183.944.821,06

**Notas:**

1) Crescimento Anual da Receita

Memorando Nº 009/2022 - Assessoria de Planejamento

2) Crescimento Anual da Despesa de Pessoal

10,00%

7,77%

Impacto Orçamentário e Financeiro Nº 007/2023 – Pág. 6/9

Av. Mato Grosso, 66-NE | Centro | CEP 78.360-000 | Campo Novo do Parecis | MT

CNPJ 24.772.287/0001-36 | Fone (65) 3382-5100 | www.componovodoparecis.mt.gov.br





Assim, constata-se que o ano de 2023 deverá ser encerrado com um comprometimento de **52,94%** da **RCL** com Despesa Líquida de Pessoal, acrescentando-se o impacto orçamentário-financeiro. Ter-se-á para os anos seguintes **51,78%** em 2024 e de **50,37%** em 2025. Observa-se que será atingido o limite prudencial de **51,30%** da RCL nos exercícios de 2023 e 2024.

Esclarecemos que a Despesa Líquida de Pessoal, no conceito da Lei de Responsabilidade Fiscal, corresponde a Despesa Total de Pessoal, menos as despesas com **Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária** e também, o pagamento de **Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados** efetuados pelo FUNSEM.

Em resumo, a Despesa Líquida de Pessoal, corresponde a despesa efetiva do Poder Executivo Municipal, comparado com a Receita Corrente Líquida. Esta é a metodologia consagrada no Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

## 7) Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

O aumento da Despesa de Pessoal deverá ser coberto pela margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, conforme evidenciado no Anexo IV da **Lei Nº. 2.369/2022 (LDO 2023)** e atualizado com base no último impacto orçamentário e financeiro. Segue abaixo, Margem de Expansão Atualizada:

2.8 AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2023	
Aumento Permanente da Receita	12.160.100	
(-) Transferências Constitucionais	0	
(-) Transferências ao FUNDEB	1.694.600	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	10.465.500	
Redução Permanente de Despesa (II)	-	
Margem Bruta (III) = (I+II)	10.465.500	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	483.860	
Novas DOCC		
* Impactos Aprovados	483.860	
Novas DOCC geradas por PPP	0	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	9.981.641	
FONTE: Estimativa da LDO 2023		

\* Redução dos Impactos Anteriores devidos cancelamento de Impactos Orçamentários e Financeiros efetuado através do memorando Nº. 222/2022 do dia 19/12/2022, proveniente da Secretaria Municipal de Administração.

*Redatado:*

Impacto Orçamentário e Financeiro Nº 007/2023 – Pág. 7/9

Av. Mato Grosso, 66-NE | Centro | CEP 78.360-000 | Campo Novo do Parecis | MT  
CNPJ 24.772.287/0001-36 | Fone (65) 3382-5100 | [www.componovodoparecis.mt.gov.br](http://www.componovodoparecis.mt.gov.br)

*f 6 50*



Diante do exposto, a Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado atualizada do exercício de 2023 é de R\$ 9.981.641,00 (nove milhões novecentos oitenta um mil seiscentos quarenta um reais), sendo suficiente para o aumento de despesa com pessoal (R\$ 186.161,47) ocasionado pelo impacto e poderá afetar as metas de Resultado Primário e de Resultado Nominal da LDO 2023, bem como necessitará de medidas de compensação.

Recomenda-se análise da equipe de planejamento, quanto às adequações e previsões, a fim de verificar a capacidade do município em manter sua despesa de caráter continuado, nos termos do §2º do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Recomendamos ainda, a verificação orçamentária para cumprimento das obrigações objeto desse impacto e caso seja possível, a emissão da declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do inciso II do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, bem como demonstrar a origem dos recursos para seu custeio, nos termos do §2º do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Ressaltamos que o presente Impacto Orçamentário e financeiro não leva em consideração aspectos legais da criação dos cargos, limitando-se apenas a critérios orçamentários e financeiros.

Campo Novo do Parecis-MT, 09 de março de 2023.

**JHONATA BONIFACIO BARBOSA**

**CONTADOR**

**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

**GEZIR DUARTE BORGES JUNIOR**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS**

Impacto Orçamentário e Financeiro Nº 007/2023 – Pág. 8/9

Av. Mato Grosso, 66-NE | Centro | CEP 78.360-000 | Campo Novo do Parecis | MT

CNPJ 24.772.287/0001-36 | Fone (65) 3382-5100 | [www.componovodoparecis.mt.gov.br](http://www.componovodoparecis.mt.gov.br)



**CAMPO NOVO  
DO PARECIS**  
PREFEITURA



**MARCIO ANTÃO CANTERLE**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

*DEFERIDO.* *Rafael Machado*

**POR SER VERDADE, ASSINO E DEFIRO O PRESENTE DOCUMENTO**

**RAFAEL MACHADO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

*Silvana*

**POR SER VERDADE, ASSINO E DEFIRO O PRESENTE DOCUMENTO**

**SILVANA NUNES VIANA PAIVA**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**Impacto Orçamentário e Financeiro Nº 007/2023 – Pág. 9/9**

Av. Mato Grosso, 66-NE | Centro | CEP 78.360-000 | Campo Novo do Parecis | MT  
CNPJ 24.772.287/0001-36 | Fone (65) 3382-5100 | [www.componovodoparecis.mt.gov.br](http://www.componovodoparecis.mt.gov.br)